

Imposto de Renda



TCC/UNICAMP
C175i
1290003797/IE

Impacto da variação do salário mínimo na renda.

Orientador: Prof. Alexandre Gori Maia

Orientando: Renan Tadeus Soares Cara

Maia, Alexandre Gori

260900632

Índice:

Palavras-chave **pág. 3**

Resumo **pág. 4**

Introdução **pág. 5**

Primeiro Capítulo **pág. 6**

- 1.1 Importância do salário mínimo na renda das famílias **pág. 7**

- 1.2 Salário mínimo e intervenção na economia **pág. 9**

- 1.3 Medindo o efeito do salário mínimo **pág. 12**

Capítulo 2 **pág. 15**

- 2.1 Metodologia de análise **pág. 16**

- 2.2. Evolução do rendimento do trabalho **pág. 17**

- 2.3 Medindo o impacto do salário mínimo na renda dos ocupados **pág. 20**

- 2.4 Resultados do Modelo **pág 25**

Conclusão **pág. 28**

Bibliografia **pág 29**

Apêndice **pág 31**

Resumo:

O tema salário mínimo é motivo de grande controvérsia entre economistas que defendem uma maior participação do Estado na economia e aqueles economistas propensos a acreditar que intervenções governamentais no mercado de trabalho podem causar mais prejuízos do que benefícios ao bem estar da população.

Inúmeros trabalhos se dedicaram a tarefa de medir o impacto do salário mínimo na renda da economia norte-americana, entretanto poucos trabalhos deste tipo foram feitos sobre a economia brasileira, destacando-se o trabalho de Lemos que encontrou poucos efeitos benéficos para a renda do brasileiro advindos de políticas de valorização do salário mínimo.

Utilizando um modelo com dados em painel, este trabalho chega a conclusões opostas aquelas de Lemos. Encontrando grande relevância do salário mínimo na renda do brasileiro.

Palavras-chave:

Salário mínimo; distribuição de renda; dados em painel; efeitos fixos.

Introdução

O tema do salário mínimo tem sido grande fonte de discussão entre economistas de diferentes vertentes. Aqueles propensos a defender o mínimo de intervenção do Estado na economia colocam-se contra políticas de valorização do salário mínimo. Argumentam que tais políticas teriam resultados inócuos no aumento da renda da população menos favorecida e na redução da desigualdade social. Por outro lado, aqueles economistas descrentes de que o Estado deve permanecer imóvel frente à possibilidade de implementar políticas ativas de valorização da renda dos mais pobres, avistam na valorização do salário mínimo uma possibilidade real de atingir os dois objetivos citados acima; melhora na renda e redução da desigualdade social.

Este trabalho tem por objetivo inserir-se no debate acima, lançando alguma luz através dos resultados obtidos por um modelo econométrico que será descrito ao longo desta monografia. Não se pretende abraçar a causa de nenhum dos lados, deixando apenas à retórica a tarefa de justificar tal decisão. E sim, fazer com que os resultados obtidos pelo modelo tenham voz e sejam coerentes com a literatura daqueles que defendem políticas de valorização do salário mínimo ou com o legado acadêmico dos que são contra políticas governamentais que ensejem uma intromissão no livre funcionamento do mercado de trabalho.

Este trabalho se justifica por procurar avaliar o impacto do salário mínimo na renda no Brasil, considerando a realidade brasileira de extrema desigualdade social e enorme concentração de pessoas na pobreza, sem condições de auferir condições dignas de sobrevivência com seus rendimentos.

Para tal esta monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo trará uma revisão histórica da discussão a cerca da eficiência do salário mínimo como política capaz de trazer benefícios sociais relevantes. O segundo capítulo apresentará a metodologia, o modelo econométrico e os resultados alcançados com a devida conclusão.

Esta monografia contará ainda com um apêndice que trará tabelas com todos os resultados, considerando todas as variáveis do modelo.

Primeiro Capítulo

“Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível”. (Smith, 1983, v 1, p. 101).

As primeiras experiências de fixação de um piso salarial, salário mínimo, remontam ao final do século XIX. Em seu início, o salário mínimo tinha como objetivo fundamental conter o excessivo grau de exploração da força de trabalho, reconhecida em determinados grupos ocupacionais. Pautada por este objetivo, no que diz respeito a políticas de salário mínimo, a luta sindical “buscou estabelecer um limite monetário inferior à estrutura de salários no interior do mercado geral de trabalho, protegendo os ocupados de remuneração de base e favorecendo a homogeneização distributiva” (Pochmann 2005).

Com o avanço do Estado o salário mínimo passou a ser estendido a diversas categorias profissionais. A partir deste momento o salário mínimo deixa de ser entendido apenas como um simples piso monetário para garantir a subsistência do trabalhador e passa a assumir o papel de mecanismo de redução da desigualdade social. “Desloca-se da simples concepção de piso monetário essencial à sobrevivência do trabalhador, para incorporar o objetivo de integração dos frutos do desenvolvimento econômico aos trabalhadores de menor remuneração e baixo grau de organização sindical” (Pochmann 2005).

Deixando os aspectos históricos que determinaram a luta sindical pelo salário mínimo ao redor do mundo como pano de fundo, este trabalho volta os olhos para a questão do salário mínimo no Brasil, especificamente no período de 2002 a 2007. Para verificar, através de testes econométricos, o impacto das variações do salário mínimo na renda dos trabalhadores formais e informais.

Entretanto, antes de descer os degraus da análise histórica referente ao salário mínimo para a realidade dos testes empíricos no Brasil é preciso tecer comentários acerca do grau de importância do salário mínimo para a população brasileira, da concentração dos rendimentos no Brasil, da discussão entre os economistas se o Estado deve intervir na economia através do salário mínimo para reduzir a desigualdade social e quais serão as hipóteses adotadas e testadas. Além disso, cabe fazer uma revisão sobre alguns modelos

econométricos criados no mundo para medir o impacto do salário mínimo na renda e no emprego.

Para cumprir tais objetivos este capítulo será dividido em três partes, na primeira parte será discutida a importância do salário mínimo para a população brasileira; na segunda discutiremos os trabalhos sobre a intervenção estatal no mercado de trabalho e na terceira e última parte, trabalhos econométricos que medem o impacto da variação do salário mínimo na renda do brasileiro.

1.1 Importância do salário mínimo na renda das famílias

Examinado a primeira questão levantada acima, a importância do salário mínimo para a população brasileira, cabe refazer os passos de Paula Montagner (2005) para se chegar ao número de pessoas que são afetadas diretamente pela fixação do salário mínimo:

Levando-se em consideração os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2003) relativos aos ocupados, observa-se que os trabalhadores que recebiam exatamente um salário mínimo eram 7,5 milhões de pessoas, ou seja, 9,4% dos ocupados. Dada a baixa capacidade da economia brasileira de gerar empregos nas últimas décadas, na maior parte das famílias apenas um membro trabalha auferindo renda. Como, segundo o Censo Demográfico de 2000 os domicílios são formados, em média, por 3,8 pessoas, as decisões referentes ao salário mínimo podem afetar um total de 28,4 milhões de pessoas, ou seja, a família toda destes indivíduos que perfazem o total de 7,5 milhões que ganham um salário mínimo, o que em 2003 representava cerca de 16% da população do país.

Um segundo grupo afetado diretamente pela determinação do salário mínimo, diz respeito aos 5 milhões de desempregados que receberam o seguro desemprego em 2003, entre os quais 22% (1,1 milhões de pessoas) receberam um salário mínimo. Neste caso também é possível estimar que 1,6% da população brasileira acrescenta-se ao grupo que é afetado pelas definições do salário mínimo.

Um terceiro grupo relevante trata-se dos aposentados que ganhavam exatamente um salário mínimo em 2003. Segundo os dados da PNAD correspondiam a 6,1 milhões de pessoas, ou 58% do total de aposentados naquele ano; se acrescentados os pensionistas, eram atingidos 65% dos beneficiários da previdência.

Como, no Brasil, muitos idosos são responsáveis por uma parte expressiva da renda familiar e, em muitos municípios, as aposentadorias e pensões têm um papel de principal força motriz da economia, a importância deste terceiro grupo toma proporções muito maiores que os dados apresentados acima fazem supor.

“Segundo dados da ANFIP, em 2003, em 68% dos municípios do país a soma das aposentadorias recebidas superava o valor recebido como Fundo de Participação do Município – FPM- situação essa igualmente encontrada nas regiões menos favorecidas do Norte e do Nordeste, mas com igual força no Sul e no Sudeste. Além disso, é grande o número de famílias que dependem da renda proveniente de aposentados e pensionistas na composição da renda familiar. Segundo dados dos Indicadores Sociais Municipais do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, em 43,8% das famílias, a participação da renda dos idosos com mais de 60 anos na composição da renda familiar é maior que 50%” (Paula Montagner 2005).

Considerando a mesma estimativa que leva em conta a família média e uma pessoa como principal fonte de rendimento dentro da família, cerca de 13% da população brasileira é atingida diretamente pela variação do salário mínimo. Quando se pesquisa as remunerações de aposentados e pensionistas que ganhavam exatamente um salário mínimo em 2003.

Somando todos os grupos que ganham exatamente um salário mínimo e o universo de pessoas que sobrevivem graças a esse rendimento dentro das famílias chega-se a conclusão que 30% da população brasileira, em 2003, era afetada diretamente pela variação do salário mínimo. O que coloca por terra qualquer hipótese teórica que descarte a importância do salário mínimo na economia brasileira.

Outro fator que traz ainda mais importância para o salário mínimo na economia brasileira é o fato de o salário mínimo servir como uma espécie de “farol” para as outras remunerações dentro das negociações salariais entre empregados e empregadores.

Considerando que, em 2003, 40% dos ocupados (com e sem rendimentos do trabalho) declarou rendimentos abaixo de um salário mínimo e que as pessoas que ganham até três salários mínimos representam cerca de três quartos da população, o universo de influência do salário mínimo na determinação dos rendimentos é muito grande na economia brasileira.

Feitas as devidas observações a respeito da importância do salário mínimo para a população brasileira, é hora de medir esta mesma importância sob outro ângulo: do desequilíbrio existente na estrutura de rendimentos da economia brasileira e como uma política de valorização do salário mínimo poderia atenuar isto.

O desequilíbrio na estrutura de rendimentos no Brasil se manifesta pelo brutal achatamento dos trabalhadores na base da pirâmide de rendimentos. Tomando como base os dados da PNAD 2003, cerca de 45 % da população brasileira ganhava até 1,5 salários mínimos, considerando que o salário mínimo representava aproximadamente um terço da renda per capita do país, percebe-se a enorme concentração da população na base da pirâmide de rendimentos no país, colhendo pouquíssimos frutos da renda gerada no país.

1.2 Salário mínimo e intervenção na economia

Deslocando a análise da estrutura de rendimentos do mercado de trabalho brasileiro para a discussão internacional acerca da intervenção do Estado na economia, especificamente a fixação em lei de um piso salarial, percebe-se que há grande controvérsia entre os economistas sobre o tema.

É sabido que a teoria econômica ortodoxa reza pela não intervenção do Estado na economia, sendo ainda mais crítica quanto a políticas que visem estabelecer pisos para as remunerações dentro do mercado de trabalho, como a fixação de um salário mínimo, ou seja, é totalmente contrária a políticas que reduzam a flexibilidade dos salários na economia. Alegando que as distorções que tal intervenção pode causar no mercado de trabalho superam em larga medida os possíveis efeitos benéficos.

A ortodoxia econômica aponta como principal falha de uma política baseada no salário mínimo o fato de ela atrapalhar a livre flutuação dos salários, e assim, impedir a manutenção do nível de pleno emprego na economia. Em resumo, para a teoria econômica convencional, em épocas de crise é preciso que os salários caiam até um nível que se evite grande desemprego e consiga-se manter o nível de pleno emprego. Concluindo-se, portanto, que uma política de salário mínimo tem um efeito desemprego.

Entretanto, esta redução do emprego pelo salário mínimo não é comprovada por Card (1992). Quando o autor comparou os efeitos sobre o emprego de uma mudança na

legislação do estado norte-americano da Califórnia em 1988 que aumentou o salário mínimo para um patamar além do estabelecido em âmbito federal.

Neste trabalho Card estabelece uma comparação entre o estado da Califórnia e os estados norte-americanos (Arizona, Florida, Geórgia, New México) que não elevaram seus patamares de salário mínimo. Tendo especial atenção aos trabalhadores mais afetados por variações do salário mínimo, os de baixa renda, a saber: jovens que estão entrando no mercado de trabalho e trabalhadores do comércio.

O autor chega a conclusão de que o aumento do salário mínimo californiano, ao contrário do que a teoria convencional poderia supor, não provocou aumento no desemprego em nenhum dos grupos acima destacados. Provocando, sim, um ganho substancial de renda para os trabalhadores de baixa renda que ganhavam perto ou o mesmo exatamente o valor do mínimo estabelecido em âmbito federal.

Usando dados em painel Card (1994) chega à mesma conclusão (aumentos do salário mínimo podem não provocar desemprego) analisando a indústria do fast-food nos estados da Pennsylvania e New Jersey.

Em abril de 1992 o estado norte-americano de New Jersey elevou seu salário mínimo de 4,25 dólares por hora para 5,05 dólares por hora, em contrapartida o estado da Pennsylvania manteve seu salário mínimo inalterado. Para construir sua análise a respeito dos impactos que tal aumento provocou no emprego, Card (1994) escolheu a indústria do fast-food por esta concentrar grande número de trabalhadores jovens (pessoas que estão entrando no mercado de trabalho com baixos salários) que ganham baixos salários, ou seja, um grupo de pessoas que tem sua remuneração girando em torno de um salário mínimo ou menos. Além disso, segundo os estudos do autor, a indústria do fast-food americana é o seguimento que mais concentra trabalhadores de baixa renda naquele país e, dado às preferências alimentares dos norte-americanos que fazem desta indústria uma potência, detém um volume expressivo de trabalhadores em relação à população economicamente ativa daquele país.

Comparando os dois estados através de um modelo econométrico de dados em painel o autor chegou a conclusão, mais uma vez contradizendo as previsões da teoria econômica ortodoxa, de que a variação do salário mínimo no estado de New Jersey não provocou aumento de desemprego, tendo como base de comparação o estado da

Pennnsylvania. Muito pelo contrário, o emprego no setor de fast-food cresceu no estado de New Jersey junto com a renda dos trabalhadores que ganhavam baixos salários (entre 3,25 e 4,25 dólares por hora).

No mesmo estudo, apesar do autor reconhecer que a renda dos trabalhadores que ganhavam baixos salários subiu, o mesmo não se arrisca a dizer que houve substancial mudança na questão da desigualdade entre rendimentos. Já que, para o autor, avaliar essa mudança na estrutura de rendimentos (com precisão econométrica) seria muito difícil dados alguns problemas metodológicos.

Mas a questão chave neste trabalho é que o aumento expressivo do salário mínimo no estado analisado não provocou desemprego como a maioria dos economistas ligados a escola ortodoxa poderia supor. Entretanto ainda não ficou claro o verdadeiro efeito sobre a desigualdade social que um aumento do salário mínimo pode provocar, nem o quanto que um aumento do salário mínimo pode afetar a inflação. Já que no estudo acima citado o aumento de custos da indústria do fast-food de New Jersey foi repassado aos preços dos produtos desta mesma indústria. Outra questão relevante acerca da inflação e salário mínimo é o quanto que uma variação do salário mínimo pode afetar a o índice de inflação da cesta de produtos consumida por aqueles que são mais afetados por variações do salário mínimo, os trabalhadores de baixa renda. Caso se confirme que aumentos do salário mínimo pressionam a demanda por bens consumo dos trabalhadores de baixa renda, fica clara a necessidade de se discutir políticas de incentivo ao aumento da produção nestes setores, juntamente com uma política de valorização do salário mínimo.

Entretanto, como já foi dito, a controvérsia entre a questão do salário mínimo não é pequena, existindo autores que, não acreditando nos efeitos de redistribuição da renda atribuídos ao salário mínimo, advogam que políticas de transferências governamentais para a população de baixa renda seriam mais interessantes, já que não trariam o ônus de possíveis distorções no mercado de trabalho, não atrapalhariam a flexibilidade dos salários, chegando a resultados mais interessantes quanto ao objetivo de redistribuir renda.

Entre os autores que não acreditam nos efeitos de redistribuição da renda vinculados ao salário mínimo está Edward M. Gramlich (1976). Apesar deste mesmo autor reconhecer

que os impactos sobre o crescimento do desemprego não são significativos para sustentar uma crítica a política do salário mínimo.

Em seu estudo, Gramlich (1976) utiliza os aumentos do salário mínimo dados aos trabalhadores americanos, em âmbito federal, antes da década dos 70. Contrário ao mínimo, o autor argumenta (através de seus estudos econométricos) que aumentos do salário mínimo podem provocar um aumento na estrutura de salários em geral e, provocando um aumento nos custos das empresas, gerar um aumento mais que proporcional da inflação, neutralizando qualquer efeito distribuição de renda advindo de uma política de valorização do salário mínimo.

Entre outros efeitos negativos do aumento do salário mínimo que o autor cita estão:

1º) empregadores podem resistir a aumentar os salários dos trabalhadores de acordo com os aumentos do salário mínimo 2º) pode acontecer indesejável impacto na relação entre emprego de trabalhadores jovens e adultos, ou seja, os empregadores podem preferir contratar trabalhadores jovens que em muitos casos são autorizados a ganhar menos que o salário mínimo 3º) além do autor acreditar que os aumentos do salário mínimo podem provocar um aumento nos rendimentos de pessoas que não precisam deste aumento, mas que são beneficiadas pelo fato do salário mínimo ser um guia para as outras remunerações na economia.

1.3 Medindo o efeito do salário mínimo

Voltando a atenção para os trabalhos que procuraram avaliar o impacto do salário mínimo na renda da população brasileira, utilizando modelos econométricos que servirão de base para a construção do modelo econométrico deste trabalho encontramos dois autores: Pablo Fajnzylber e Sara Lemos.

Em seu estudo *Minimum Wage Effects Throughout the Wage Distribution: Evidence from Brazil's Formal e Informal Sectors*, Pablo Fajnzylber utiliza como base de dados a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do período de 1982-1997 para investigar os efeitos do salário mínimo na renda e no emprego no Brasil, considerando os trabalhadores formais, informais e por conta própria.

Abrindo a análise para diferentes grupos de renda, idade, posição social e sexo o autor chega à conclusão de que as variações do salário mínimo não produzem efeito apenas na

renda daqueles indivíduos que ganham um salário mínimo ou muito próximo disso. O efeito abrange boa parte da cadeia de distribuição de renda no Brasil, o que vai de encontro com a idéia de que o salário mínimo é utilizado como uma espécie de referência para reajustes salariais por boa parte da cadeia de rendimentos, tanto para trabalhadores formais, informais e por conta-própria. Sendo o efeito na renda positivo tanto para trabalhadores formais, informais e por conta-própria, o efeito no emprego observado pelo autor é pequeno, mas negativo, sugerindo mudanças na composição da força de trabalho das firmas, por conta das variações do salário mínimo.

Utilizando um modelo econométrico (base do modelo econométrico desenvolvido neste trabalho) mais sofisticado que o de Fajnzylber (2001), Lemos (2002) chega a conclusões semelhantes em seu trabalho intitulado *The Effects of the Minimum Wage in the Formal and Informal Sectors in Brazil*.

A autora conclui que o salário mínimo produz um efeito “compressão” na distribuição de renda tanto do setor formal e informal, como efeito “compressão” entendesse a elevação dos rendimentos daqueles que estão no fundo da distribuição de renda em detrimento daqueles que estão em patamares mais elevados da cadeia de distribuição de renda.

Tal efeito estende-se alto pela distribuição de renda do setor informal, sendo alto no fundo da distribuição de renda do setor formal. Sugerindo que o salário mínimo redistribui em favor dos mais pobres em ambos os setores. Entretanto esta distribuição de renda é feita considerando o fundo da distribuição de renda no setor formal e o meio da distribuição de renda no setor informal, considerando que a grande maioria das pessoas possui um baixo rendimento no Brasil e que apenas um pequeno grupo se apodera de grande parte da renda trata-se (segundo o estudo da autora) de uma redistribuição no mínimo macabra que retira renda de quem já é pobre em benefício dos miseráveis, sem alterar a enorme concentração de renda nas mãos de um número muito pequeno de pessoas.

Considerando o emprego Lemos (2002) conclui que o salário mínimo afeta de forma pequena, porém negativa o emprego em ambos os setores. Como Fajnzylber, Lemos destaca o fato de que o salário mínimo afeta não só aqueles que possuem rendimentos que gravitam em torno do mínimo, mas um universo maior de trabalhadores, inclusive aqueles que estão à margem das leis trabalhistas, caso dos trabalhadores informais.

Levando em consideração as discussões em torno do tema esta monografia terá por objetivo, lançar luzes a respeito dos impactos do salário mínimo na renda das famílias brasileiras, no período de 2002 a 2007.

Utilizando modelos econométricos semelhantes aos utilizados pelos autores citados acima (análise de dados em painel) procurar-se-á chegar a resultados que comprovem as hipóteses de que o salário mínimo é uma espécie de farol para as remunerações, influenciando toda ou boa parte da estrutura de rendimentos.

Tendo em vista que a questão da distribuição de renda e garantia de um patamar digno de remuneração para os trabalhadores será vista pelo prisma dos efeitos do salário mínimo na renda dos trabalhadores informais e formais, nos próximos capítulos se discutirá os impactos da variação do salário mínimo, no período de 2002 a 2007, na renda dos brasileiros.

Capítulo 2

Introdução

Deixando as questões teóricas sobre políticas de valorização da renda, através do salário mínimo, e aspectos teóricos sobre a intervenção do estado na economia. Este capítulo se dedicará a análise dos resultados encontrados pelo modelo, foco central deste trabalho.

Para facilitar o entendimento, este capítulo será dividido em quatro partes. Na primeira parte será discutida a metodologia de análise, na segunda parte a evolução da renda do período analisado. Na terceira parte dados em painel e, finalmente, a quarta parte tratará dos impactos do salário mínimo na renda.

2.1 Metodologia de análise

A principal fonte dados é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PME “produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazo, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios”. Ainda sobre a PME cabe lembrar que sua periodicidade é mensal e sua abrangência geográfica corresponde às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Obteve-se, assim, uma série de 72 meses, de março de 2002 a dezembro de 2007.

O foco do modelo gira em torno do impacto da variação do salário mínimo na renda. Então para que os resultados não fossem influenciados de maneira errônea pela inflação do período, todos os rendimentos e valores mensais do salário mínimo foram deflacionados para reais (R\$) de dezembro de 2007 a partir do INPC corrigido para a PME, um ajuste feito no índice de inflação para que esse considere as variações percebidas no dia 1º de cada mês, período de referência para os rendimentos captados

pela PME, e não permaneça centrado no dia 15 de cada mês como originalmente prevê sua metodologia (CORSEUL & FOGUEL, 2002).

Considerou-se como ocupado, dentro do conceito de ocupação da nova PME, as pessoas que na semana de referência exerceram trabalho remunerado, sem remuneração, desde que durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (Séries Relatórios Metodológicos, volume 23 PME, IBGE).

A amostra do estudo em questão contém observações para cada uma das seis regiões metropolitanas consideradas pela PME em cada mês durante o período de março de 2002 até dezembro de 2007. Assim, formou-se uma amostra de dados em painel com 420 observações, sendo composta por seis regiões e 70 períodos. O que possibilitou dados suficientes para que o modelo tivesse razoável confiabilidade na análise dos coeficientes.

Para tornar a análise dos resultados mais clara e identificar os impactos do salário mínimo em diferentes estratos sociais, consideraram-se, além do rendimento médio dos ocupados, a variação em cada um dos 9 decis de remuneração do trabalho principal. Além da população ocupada em seu conjunto total, consideraram-se ainda dois setores de ocupação: formal e informal. Vale destacar que, estes dois grupos consideram apenas os empregados com declaração de carteira de trabalho assinada ou não, ou seja, não contemplam os empregadores e trabalhadores conta-própria. Com esta divisão também ficam mais claros alguns aspectos da evolução da renda da população brasileira nas regiões metropolitanas ao longo dos anos contemplados pela amostra.

2.2. Evolução do rendimento do trabalho

Como se observa no Gráfico 1 a média dos rendimentos daqueles classificados como ocupados não se alterou muito ao longo dos anos de 2002 a 2007, matendo-se no patamar de um pouco mais de R\$ 1.000 (em valores de dezembro de 2007), apesar do crescimento da economia brasileira ter sido positivo nos anos em questão.

O mesmo se observa com os valores dos decis que pouco se alteraram, considerando o período com um todo. Entretanto quando olhamos para os anos de 2003 - 2004

observamos uma piora considerável da renda com melhora e volta aos níveis de 2002 em 2006 e 2007. O que pode ser explicado como reflexo do baixo crescimento econômico brasileiro no ano de 2003.

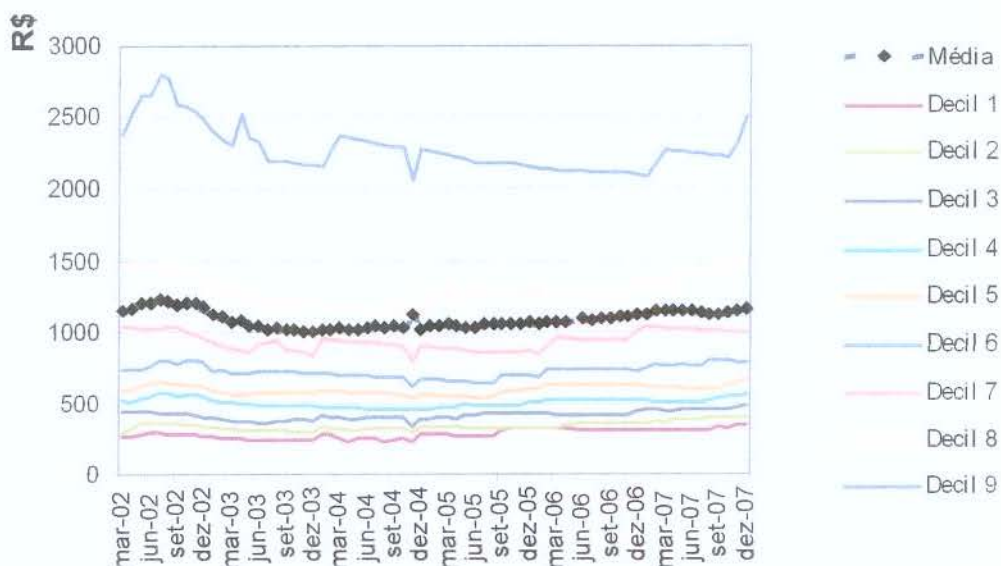


Gráfico 1 – Média e decis do rendimento do trabalho principal – total de ocupados – Regiões Metropolitanas – Brasil - 2002 a 2007

Fonte: PME, microdados, IBGE.

Valores em dezembro de 2007 (INPC corrigido para a PME – IBGE/IPEA)

Quando observamos a evolução da renda no setor formal (Gráfico 2), o padrão evolutivo é muito semelhante ao dos ocupados como um todo. Vale destacar que, embora o rendimento médio seja semelhante ao do conjunto de ocupados, o 9º decil é significativamente inferior, já que o primeiro não considere empregadores com altas remunerações, que devem estar associados aos elevados rendimentos entre os ocupados.

Entretanto, a queda na renda no final do ano de 2004 e início de 2005 é mais expressiva para os trabalhadores formais do que para o total de ocupados. Como exemplo, basta olhar para os decis baixos, onde os rendimentos dos trabalhadores formais caíram de forma expressiva, em 2004, para se recuperar só no final de 2005.

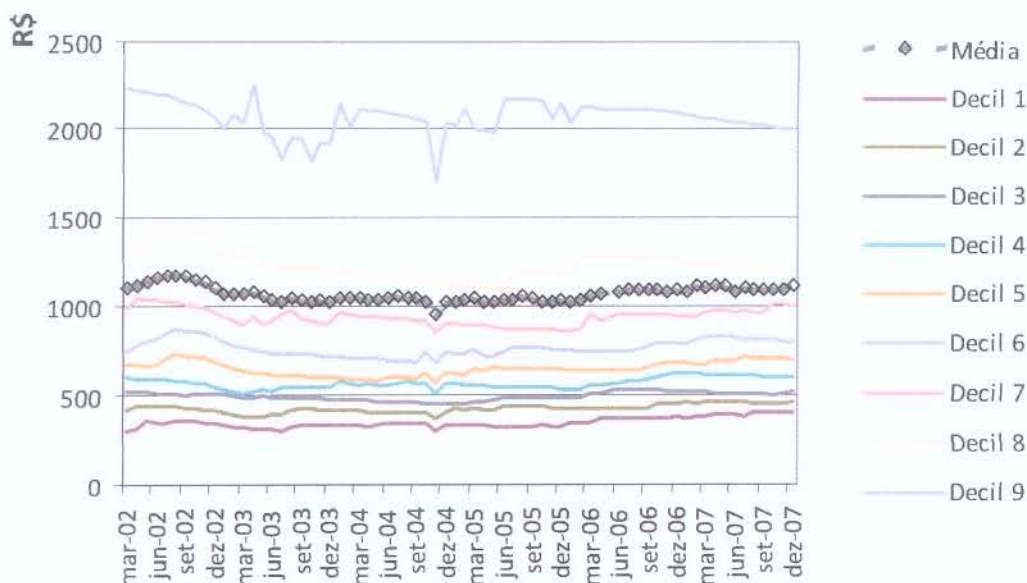


Gráfico 2 – Média e decis do rendimento do trabalho principal – total de ocupados formal – Regiões Metropolitanas – Brasil - 2002 a 2007

Fonte: PME, microdados, IBGE.

Valores em dezembro de 2007 (INPC corrigido para a PME – IBGE/IPEA)

A evolução da renda do trabalhadores informais, apesar de toda volatilidade, pouco se alterou comparando os anos de 2002 e 2007, deflacionando os valores para reais de dezembro de 2007. Comparando com os ocupados como um todo e com os trabalhadores formais, se observa a mesma depressão na renda nos períodos que vai do final de 2004 a 2005. Com uma redução de mais de 20% no 9º decil dos trabalhadores informais em novembro de 2004, esta perda de rendimento só foi completamente recuperada no ano de 2007.

Para os decis mais baixos, assim como no setor formal e para o total dos ocupados, observa-se relativa estabilidade dos rendimentos, mesmo quando olhamos para o ano de 2004 e 2005.

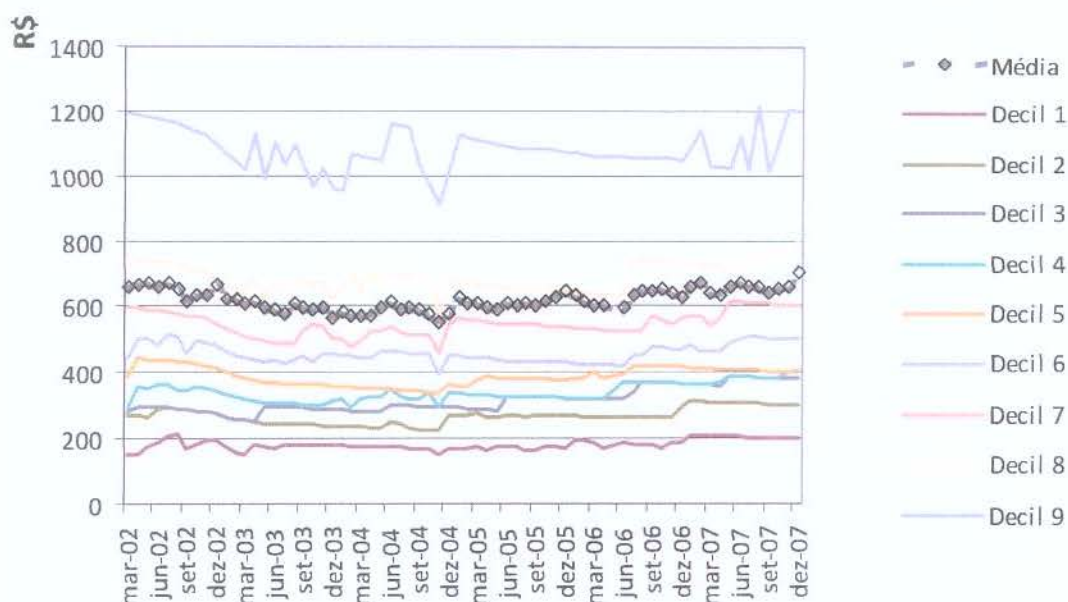


Gráfico 3 – Média e decis do rendimento do trabalho principal – total de ocupados informal – Regiões Metropolitanas – Brasil - 2002 a 2007

Fonte: PME, microdados, IBGE.

Valores em dezembro de 2007 (INPC corrigido para a PME – IBGE/IPEA)

2.3 Medindo o impacto do salário mínimo na renda dos ocupados

Para avaliar de que forma o salário mínimo afeta a renda dos ocupados, formais e informais, propôs-se um modelo de dados em painel baseado no modelo de Lemos (2002).

Antes de apresentar o modelo proposto, cabe fazer uma rápida revisão teórica sobre análise de dados em painel. Visto que este tipo de análise econométrica será uma das bases de sustentação teórica do modelo.

Dados em painel:

Dados em painel é uma espécie de combinação entre dados de corte transversal (dados relativos a uma ou mais variáveis para várias unidades ou entidades amostrais no mesmo período, como as taxas de desemprego dos países da União Européia em determinado ano, por exemplo) e séries temporais (valores de uma ou mais variáveis ao

longo do tempo). Ou seja, nos “dados em painel a mesma unidade de corte transversal é acompanhada ao longo do tempo. Em síntese, os dados em painel possuem uma dimensão espacial e outra temporal”. (Gujarati 2006)

Tendo em vista a dupla dimensão dos dados em painel pode-se listar uma grande lista de vantagens no uso deste tipo de análise em relação às séries temporais ou dados em corte transversal, como mostra Gujarati:

1º “Como os dados em painel se relacionam a indivíduos, empresas, estados, países etc., tende a haver muita heterogeneidade nessas unidades. As técnicas de estimação em painel podem levar em conta explicitamente tais variáveis individuais específicas”.

2º “Ao combinar séries temporais com dados de corte transversal, os dados em painel proporcionam dados mais informativos, mais variabilidade e menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência”.

3º “Ao estudar repetidamente um corte transversal de observações, os dados em painel são mais adequados ao estudo da dinâmica da mudança. Períodos de desemprego, rotatividade no emprego e mobilidade da mão-de-obra são melhor estudados em dados em painel”.

4º “Os dados em painel podem detectar e medir efeitos melhor do que quando a observação é feita por meio de corte transversal puro ou série temporal pura. Por exemplo, os efeitos das leis de salário mínimo sobre o emprego e os salários podem ser mais bem estudados se incluirmos sucessivas rodadas de aumentos no salário mínimo federal e/ou estadual.”

5º “Ao tornar disponíveis dados referentes a vários milhares de unidades, podemos minimizar o viés que decorreria da agregação de pessoas ou empresas em grandes conjuntos”.

Concluindo, o uso de dados em painel enriquece o modelo de uma forma que inviabiliza a análise de séries temporais ou dados em corte transversal simultaneamente.

Entretanto existem problemas relacionados com o uso de dados em painel. Como esses dados envolvem tanto dimensões transversais quanto temporais, os problemas que afetam os dados de corte transversal (como heterocedasticidade) e as séries temporais

(como autocorrelação) precisam ser enfrentados. Havendo, ainda problemas adicionais como correlação cruzada de unidades individuais no mesmo ponto do tempo.

Existem várias técnicas de estimação voltadas a um ou mais dos problemas citados acima. As duas maiores destacadas são: o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios ou modelo de componente dos erros.

No modelo de efeitos fixos, o intercepto do modelo de regressão pode diferir entre indivíduos para levar em conta o fato de cada unidade individual ou de corte transversal pode ter algumas características especiais. Para levar em conta os diferentes interceptos, podemos recorrer às variáveis binárias. O modelo de efeitos fixos que usa variáveis binárias é conhecido como modelo de variáveis binárias de mínimos quadrados. O modelo de efeitos fixos é adequado a situações em que o intercepto específico ao indivíduo pode estar relacionado com um ou mais regressores.

No modelo de componentes de erro pressupõem-se que o intercepto de uma unidade individual é uma extração aleatória de uma população muito maior com valor médio constante. O intercepto individual é expresso como desvio de seu valor médio constante.

Com o objetivo de comparar o impacto do salário mínimo na renda do trabalhador ajustou-se um modelo de efeitos fixos que pode ser resumidamente expresso na seguinte equação de rendimentos:

$$\ln(Y_{it}) = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ijt} + e_{it} \quad (1)$$

Dada uma região i no período t , a variável $\ln(Y_{it})$ representa o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho na ocupação principal, X_{ijt} o conjunto de k variáveis socioeconômicas associadas ao rendimento dos trabalhadores na região i e período t e e_{it} o erro aleatório não explicado pelo modelo. Cada coeficiente β_j representa, dessa forma, a diferença no logaritmo do rendimento do trabalho na ocupação principal associada a uma diferença na variável X_j . Em outras palavras, quando X_j é uma variável contínua, a diferença percentual na renda associada a uma diferença unitária em X_j será equivalente

a $100\beta_j\%$. Quando X_j for uma variável dicotômica, que assume apenas valores 0 e 1, a diferença percentual na renda associada à dicotomia estabelecida será equivalente a $100[e^{\beta_j}-1]\%$ (HALVORSEN; PALMQUIST, 1980).

Para avaliar o impacto do salário mínimo sobre os setores formal, informal e na renda dos ocupados, foram elaborados modelos para renda média e para cada um dos nove decis da distribuição de rendimentos do setor formal, informal e população ocupada no seu geral. Assim, foram elaborados 30 modelos, para as seguintes variáveis dependentes (Y):

MédT = Renda média real para o total de ocupados, incluindo empregador, funcionário público...

Decil1T até Decil9T = Nove decis, dividindo a renda da população ocupada total.

MédF = Renda média real para o total de ocupados formal (empregados com carteira assinada).

Decil1F até Decil9F = Nove decis, dividindo a renda da população ocupada do setor formal.

MédI = Renda média real para os ocupados informais (empregados sem carteira assinada).

Decil1I até Decil9I = Nove decis, dividindo a renda da população ocupada do setor informal.

Consideraram-se no modelo de regressão vinte e duas variáveis explanatórias, descritas a seguir:

lnSalMin = Logaritmo neperiano do valor deflacionado do salário mínimo.

No modelo de Lemos utiliza-se a diferença do salário mínimo de um mês para o outro (Δ). Caso fosse utilizada a diferença (Δ) do salário mínimo os resultados encontrados pelo modelo se concentrariam em efeitos de curto prazo, ou seja, o quanto que variações de um mês para o outro do salário mínimo influenciaram na renda total da população ocupada, e na renda dos ocupados formais e informais no mesmo período. Por outro lado, o uso do logaritmo permite captar o efeito na renda de longo prazo. O quanto que

uma variação do salário mínimo tem de efeito na renda, em termos percentuais, considerando uma média para o período analisado como um todo.

$\text{inpc}(t-1)$ = Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE .

td = Taxa de desemprego.

pMenor10 = Percentual de menores de 10 anos de idade.

pOcGrau3 = Percentual de ocupados com 3º Grau completo.

pOcVarios = Percentual de ocupados com vários empregos.

pOcMulher = Percentual de ocupados do mulheres.

pOcPublico = Percentual de ocupados estatutários ou militares.

pOcIndus = Percentual de ocupados na indústria.

pOcConst = Percentual de ocupados na construção civil.

pOcServ1 = Domésticos.

pOcServ2 = Comércio, reparação, alojamento e alimentação.

pOcServ3 = outros serviços.

Variáveis dicotômicas:

2002 = Variável dicotômica para o ano de 2002.

2003 = Variável dicotômica para o ano de 2003.

2004 = Variável dicotômica para o ano de 2004.

2005 = Variável dicotômica para o ano de 2005.

2006 = Variável dicotômica para o ano de 2006.

Recife = Variável dicotômica para a região metropolitana de Recife.

Salvador = Variável dicotômica para a região metropolitana de Salvador.

Belo Horizonte = Variável dicotômica para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Rio de Janeiro = Variável dicotômica para a região metropolitana de Rio de Janeiro.

São Paulo = Variável dicotômica para a região metropolitana de São Paulo.

O ano de 2007 e a região metropolitana de Porto Alegre como referência da análise, ou seja, os resultados encontrados para as variáveis de tempo (ano) se referem a 2007, o mesmo acontecendo para as variáveis “regiões metropolitanas”, cujos resultados se referem a Porto Alegre.

2.4 Resultados do Modelo

2.4.1 População ocupada:

O modelo encontrou um impacto significativo da variação do salário mínimo no rendimento médio e em praticamente todos os decis. Na renda média, um aumento de 1% no salário mínimo aumenta 0,14% rendimento.

No decis, os impactos mais significativos ocorrem nos decis mais baixos. Por exemplo, no 3º e 4º decil da distribuição de rendimentos dos ocupados na semana, os coeficientes de elasticidades são, respectivamente, de 0,30 e 0,19. Em outras palavras, significa que dada a variação de 1% no salário mínimo ocorre uma variação de 0,30% no valor do 3º decil e de 0,19% no 4º decil.

Curioso notar que, embora, no 1º decil o impacto também seja significativo, (elasticidade de 0,30), no 2º decil este não é significativo. Isso porque o 2º está mais associado a pessoas com rendimentos inferiores ao mínimo, que provavelmente são ocupados informais com rendimentos não atrelados ao valor do salário mínimo. O mesmo esperava-se para o comportamento do 1º decil, o que não aconteceu devido a fatores que não se pode identificar na parcela da população com menor rendimento.

Mesmo caindo o impacto do salário mínimo nos decis superiores, esse ainda se mostra forte em algumas faixas de rendimentos. Por exemplo, no 8º decil a variação é ainda expressiva e representa 0,14% de aumento dada uma variação de 1% do salário mínimo. O 8º decil (que abrange pessoas com rendimentos em torno de 1500 reais). E este fato talvez ocorra devido ao efeito “farol” do salário mínimo, ou seja, variações do mínimo

teriam efeito não só nas pessoas que ganham, propriamente, um salário mínimo ou muito próximo disto.

Independente da variação do salário mínimo, a variação do rendimento também se mostra muito influenciada por importantes indicadores do mercado de trabalho. Pode-se destacar, por exemplo, o impacto do nível de escolaridade da população ocupada sobre o rendimento do trabalho. Segundo estimativa, um acréscimo de um ponto percentual na proporção de ocupados com terceiro grau representa um acréscimo médio de 1,15% na renda média dos ocupados. Importante ainda destacar que o aumento de um ponto percentual na parcela da população ocupada com terceiro grau afeta, principalmente, o rendimento dos ocupados mais bem remunerados. No 9º decil, por exemplo, o impacto é de 3,162% na renda.

Quanto maior o percentual de ocupados com mais de um trabalho, maior a variação do impacto do salário mínimo. Resultado um tanto natural, já que estes estariam trabalhando mais.

Também há uma forte associação positiva entre o funcionalismo público e os salários dos ocupados. Na média uma variação de um ponto percentual dos funcionários públicos representa um impacto de 1,59% na renda média. No 9º decil este impacto é ainda maior, representado 1,66%.

Em relação aos efeitos associados aos anos, 2002 apresenta o maior coeficiente, ou seja, seria o ano com o melhor rendimento isolando-se os efeitos das demais variáveis. Em termo de impacto na renda 2002 representa 0,06% a mais na renda tendo como base de comparação o ano de 2007.

Já para os efeitos das regiões sobre os rendimentos, destacar maior rendimento em SP, isolando-se demais condicionantes do mercado de trabalho o fato de pertencer a São Paulo significa um acréscimo de 25% em comparação com Porto Alegre. Sendo o impacto mais significativo no 3º decil, 27% a mais na renda em relação a Porto Alegre. O que sugere que trabalhadores com baixa remuneração ainda estão melhores em São Paulo do que em Porto Alegre, esta esfera do mercado de trabalho ainda é mais próspera para o trabalhador em São Paulo.

2.4.2 Setor Formal

Repetindo a análise exposta acima, considerando apenas o setor formal da economia. O salário mínimo aparece como significativo em praticamente todos os decis novamente. Sendo não significativo apenas no 7º decil da renda dos ocupados formais. O maior impacto ocorreu no 2º decil, onde um aumento de 1% no salário mínimo corresponde a um ganho de 0,23% na renda.

Considerando-se os ocupados formais não há como dizer que o efeito foi maior nos decis mais baixos ou nos mais altos. Como exemplo disso, temos o 9º decil com uma elasticidade de 0,20%. Em resumo, afetaria indiscriminadamente todos os estratos de renda.

Como mostrado para os ocupados, a renda dos pertencentes ao setor formal também se mostra muito influenciada por outras variáveis que não o salário mínimo. Na média uma variação de um ponto percentual naqueles com 3º Grau produz um efeito de 2,16% na renda. Dentro da questão da escolaridade cabe destacar a enorme importância que esta variável assume no 9º decil, com elasticidade de 4,27%. Como esperado, uma variação de um ponto percentual positiva para os ocupados com mais de um emprego significa, para o modelo, um ganho de renda de 2,08% na renda.

Da mesma forma que para a população ocupada, o ano de 2002 e a região metropolitana de São Paulo se mostraram melhores para a renda.

2.4.3 Setor Informal

Ao contrário do que ocorre com o total de ocupados e aqueles pertencentes ao setor formal, na média, o impacto do salário mínimo não é significativo para os ocupados do setor informal. Algo razoável visto que esta população não está protegida pelos contratos de trabalho formais. Entretanto do 3º ao 7º decil o impacto da variação do salário mínimo é significativo, tendo o efeito mais forte no 3º com elasticidade de 0,34%. Uma possível explicação para isto é o fato dos trabalhadores do 3º decil terem rendimentos muito próximos ao valor do salário mínimo, e passíveis de sofrerem a influência deste. Ou seja, mesmo que sem carteira são trabalhadores que recebem o valor de um salário mínimo ou uma proporção deste.

Outro efeito que chama a atenção na análise dos resultados do setor informal é o forte efeito negativo que o aumento na taxa de desemprego provoca na renda dos ocupados no setor informal da economia. Na média um aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego provoca uma queda na renda de 1,36%, o decil com o maior efeito é o 1º com um efeito negativo na renda de 1,36%.

Para o setor informal o ano de 2007 e região metropolitana de São Paulo se mostraram mais favoráveis à renda.

Conclusão

A análise dos resultados nos permite concluir que o salário mínimo pode ser muito eficaz como modo de promover uma renda melhor para o trabalhador brasileiro. Apesar dos mais céticos em relação às políticas governamentais que influenciam o funcionamento do mercado de trabalho o fato do salário mínimo ter se mostrado significativo e capaz de promover aumentos significativos na renda de quase todos os decis, sobretudo nos baixos, reforça a ideia de que o salário mínimo serve de guia para as remunerações na economia brasileira e talvez possa desempenhar um papel de grande importância na busca por mais igualdade e justiça social.

É fato que a renda média dos brasileiros é baixa, como foi mostrado acima, em torno de R\$ 1.000 para a média dos ocupados (em valores de dezembro de 2007) de 2002 a 2007. Sendo, obviamente, difícil para as famílias alcançar patamares razoáveis de bem estar social com tal rendimento. Se acrescentarmos o problema da desigualdade social no Brasil, chegamos à conclusão de que os resultados encontrados no modelo são ainda mais significativos.

Considerando que encontramos fortes impactos positivos do salário mínimo na renda dos decis mais baixos e, tendo em mente que encontramos resultados positivos para quase todos os decis dos ocupados, o salário mínimo pode ter uma grande força para aumentar a renda dos ocupados de maneira a aumentar mais que proporcionalmente a renda dos mais pobres. Ou seja, dois problemas poderiam ser minimizados com políticas de valorização do salário mínimo: pobreza e desigualdade social.

É salutar olhar para os resultados e atestar que a população que esta na informalidade, à margem das leis que protegem o mercado de trabalho, também é afetada pelo salário mínimo. Mesmo que desprovidos de contratos que garantam o mínimo de segurança, o Estado consegue alcança-los de forma indireta pela regulação do salário mínimo. Mesmo considerando que este efeito seja captado apenas para os decis internos.

A julgar pelos resultados encontrados e pela situação da renda no Brasil, parece inquestionável que as políticas que visam melhorias na renda do trabalhador, devem olhar com atenção para a questão do salário mínimo e de como este afeta a população ocupada, nos setores formal e informal da economia. Para que a pobreza e a injustiça social possam diminuir no país.

Bibliografia

Aguiar de Medeiros, Carlos **Salário Mínimo e Desenvolvimento Economico** . 2000-2005 In: Baltar, P. (Org). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**, 2000-2005. Campinas : Instituto de Economia da Unicamp, 2005. cap. 1, pp.13-27.

Baltar, Paulo **Salário Mínimo e Mercado de Trabalho**. 2000-2005 In: Baltar, P. (Org). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**, 2000-2005. Campinas : Instituto de Economia da Unicamp, 2005. cap. 2, pp.41-49.

Card, D. **Do Minimum Wages Reduce Employment? A Case Study of California, 1987-1989** **Industrial and labor Relations Review**, Vol. 46, No 1. (Oct., 1992), pp.38-54.

Card, D and Krueger, Alan B. **Minimum Wages and Employment: A Case Study of the Fast-Food Industry in New Jersey and Pennsylvania**. **The American Economic Review**, Vol. 84, No 4. (Oct., 1994), pp.772-793.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. (2002). **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 897.

Dedecca, Cláudio S.**Diretrizes para uma Política de Valorização do Salário Mínimo**. 2000-2005 In: Baltar, P. (Org). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**, 2000-2005. Campinas : Instituto de Economia da Unicamp, 2005. cap. 4, pp.195-211.

Fajnzylber, Pablo **Minimum Wage Effects Throughout the Wage Distribution: Evidence from Brazil's Formal e Informal Sectors**. (1992 – 1997).

Gramlich, M. E. **Impact of minimum wages on Other Wages, Employment, and Family Incomes**. Brookings Papers on Economic Activity, Vol. 1976, No 2. (1976), pp. 409-461

Gujarati, Damodar. **Econometria Básica**, 4º Edição 2006.

HALVORSEN, R.; PALMQUIST, R. (1980). **The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations**. *The American Economic Review*, v. 70, n. 3, p. 474-475, jun. 1980.

Lemos, Sara .**The Effects of the Minimum Wage in the Formal and Informal Sectors in Brazil**.

Montagner, Paula.**O Salário Mínimo e a Dinâmica Social** . 2000-2005 In: Baltar, P. (Org). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**, 2000-2005. Campinas : Instituto de Economia da Unicamp, 2005. cap. 2, pp.49-59.

Pochmann, M. **Ciclos do Valor do Salário Mínimo e Seus Efeitos Redistributivos no Brasil**. 2000-2005 In: Baltar, P. (Org). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**, 2000-2005. Campinas : Instituto de Economia da Unicamp, 2005. cap. 4, pp. 137-147.

Apêndice

População Ocupada

Parâmetro	Média			1º Decil			2º Decil			3º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	6,344	5,327	0,000	7,994	3,703	0,000	3,523	2,285	0,023	3,559	2,436	0,015
lnSalMin	0,143	2,525	0,012	0,289	2,823	0,005	0,103	1,410	0,159	0,310	4,469	0,000
lnp α (t-1)	0,016	2,795	0,005	0,006	0,590	0,556	-0,004	-0,545	0,586	-0,007	-1,024	0,307
td	-0,254	-1,173	0,241	-0,626	-1,596	0,111	-0,475	-1,693	0,091	0,448	1,687	0,092
pMenor10	0,228	0,326	0,745	-5,544	-4,365	0,000	-0,818	-0,901	0,368	-0,609	-0,708	0,479
pOcGrau3	1,154	2,540	0,011	0,613	0,744	0,457	1,215	2,067	0,039	-2,114	-3,795	0,000
pOcVarios	1,715	2,768	0,006	-0,547	-0,487	0,627	0,451	0,563	0,574	1,242	1,634	0,103
pOcMulher	0,147	0,344	0,731	-1,517	-1,962	0,050	-1,465	-2,652	0,008	-0,182	-0,348	0,728
pOcPublico	1,579	3,273	0,001	-1,624	-1,858	0,064	0,569	0,911	0,363	2,196	3,711	0,000
pOcIndus	-0,397	-0,319	0,750	-3,950	-1,747	0,081	2,725	1,688	0,092	0,938	0,613	0,540
pOcConst	-0,301	-0,236	0,813	-2,760	-1,195	0,233	4,747	2,877	0,004	2,218	1,418	0,157
pOcServ1	-1,294	-1,085	0,278	-2,607	-1,206	0,228	0,158	0,103	0,918	1,671	1,143	0,254
pOcServ2	-0,738	-0,640	0,523	-3,802	-1,818	0,070	1,514	1,013	0,312	1,427	1,008	0,314
pOcServ3	-0,673	-0,559	0,576	-0,155	-0,071	0,943	3,023	1,941	0,053	0,388	0,263	0,793
2002	0,058	2,376	0,018	0,068	1,539	0,125	-0,081	-2,553	0,011	-0,099	-3,312	0,001
2003	-0,067	-3,278	0,001	-0,046	-1,255	0,210	-0,137	-5,201	0,000	-0,139	-5,552	0,000
2004	-0,062	-3,341	0,001	-0,085	-2,517	0,012	-0,164	-6,782	0,000	-0,131	-5,730	0,000
2005	-0,059	-4,107	0,000	-0,029	-1,105	0,270	-0,094	-5,065	0,000	-0,102	-5,822	0,000
2006	-0,036	-3,791	0,000	-0,032	-1,841	0,066	-0,034	-2,760	0,006	-0,047	-3,987	0,000
Recife	-0,309	-5,982	0,000	-0,801	-8,544	0,000	-0,231	-3,453	0,001	-0,449	-7,084	0,000
Salvador	-0,159	-2,923	0,004	-0,775	-7,841	0,000	-0,146	-2,069	0,039	-0,483	-7,216	0,000
Belo Horizonte	-0,084	-3,013	0,003	-0,180	-3,555	0,000	-0,140	-3,881	0,000	-0,252	-7,367	0,000
Rio de Janeiro	-0,036	-0,661	0,509	-0,476	-4,787	0,000	-0,199	-2,806	0,005	-0,061	-0,905	0,366
São Paulo	0,220	7,212	0,000	-0,063	-1,138	0,256	0,034	0,869	0,386	0,239	6,377	0,000

Parâmetro	4º Decil			5º Decil			6º Decil			7º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	4,331	3,231	0,001	5,821	5,412	0,000	5,005	4,457	0,000	5,674	4,329	0,000
lnSalMin	0,194	3,044	0,002	0,064	1,256	0,210	0,104	1,959	0,051	0,099	1,590	0,113
lnp α (t-1)	0,010	1,531	0,127	0,001	0,167	0,867	0,001	0,266	0,790	0,015	2,372	0,018
td	0,086	0,354	0,724	-0,214	-1,094	0,275	-0,362	-1,774	0,077	-0,194	-0,815	0,415
pMenor10	-0,078	-0,099	0,921	-0,265	-0,419	0,676	1,531	2,317	0,021	0,029	0,038	0,970
pOcGrau3	-1,317	-2,576	0,010	-0,500	-1,219	0,224	1,164	2,719	0,007	0,677	1,355	0,176
pOcVarios	1,342	1,925	0,055	1,638	2,927	0,004	2,235	3,827	0,000	2,165	3,175	0,002
pOcMulher	0,175	0,363	0,716	0,339	0,881	0,379	0,538	1,339	0,182	0,614	1,307	0,192
pOcPublico	0,535	0,986	0,325	0,128	0,294	0,769	2,019	4,440	0,000	1,277	2,406	0,017
pOcIndus	0,960	0,684	0,495	-0,173	-0,153	0,878	0,682	0,580	0,562	-0,136	-0,099	0,921
pOcConst	2,776	1,935	0,054	1,253	1,088	0,277	1,573	1,309	0,191	0,199	0,142	0,887
pOcServ1	-0,849	-0,632	0,527	-0,948	-0,880	0,380	-0,483	-0,430	0,668	-0,386	-0,294	0,769
pOcServ2	0,886	0,682	0,495	0,197	0,189	0,850	0,471	0,433	0,666	0,355	0,280	0,780
pOcServ3	0,840	0,620	0,535	0,475	0,437	0,662	-0,319	-0,281	0,779	0,200	0,151	0,880
2002	-0,050	-1,827	0,068	-0,017	-0,751	0,453	-0,041	-1,781	0,076	0,033	1,214	0,225
2003	-0,149	-6,517	0,000	-0,115	-6,252	0,000	-0,110	-5,735	0,000	-0,083	-3,688	0,000
2004	-0,119	-5,654	0,000	-0,116	-6,918	0,000	-0,120	-6,851	0,000	-0,085	-4,158	0,000
2005	-0,093	-5,772	0,000	-0,071	-5,481	0,000	-0,087	-6,439	0,000	-0,053	-3,399	0,001
2006	-0,054	-4,965	0,000	-0,039	-4,474	0,000	-0,056	-6,181	0,000	-0,039	-3,672	0,000
Recife	-0,431	-7,402	0,000	-0,458	-9,816	0,000	-0,418	-8,583	0,000	-0,511	-8,977	0,000
Salvador	-0,435	-7,088	0,000	-0,438	-8,883	0,000	-0,301	-5,852	0,000	-0,409	-6,808	0,000
Belo Horizonte	-0,191	-6,066	0,000	-0,200	-7,918	0,000	-0,178	-6,770	0,000	-0,216	-7,026	0,000
Rio de Janeiro	-0,021	-0,334	0,739	-0,103	-2,071	0,039	-0,016	-0,301	0,763	-0,132	-2,188	0,029
São Paulo	0,183	5,314	0,000	0,127	4,610	0,000	0,173	5,995	0,000	0,143	4,268	0,000

Parâmetro	8º Decil			9º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	4,749	3,699	0,000	8,973	5,706	0,000
lnSalMin	0,142	2,336	0,020	-0,006	-0,076	0,939
lnpc(t-1)	0,006	1,066	0,287	-0,005	-0,677	0,499
td	-0,321	-1,375	0,170	0,000	0,000	1,000
pMenor10	0,890	1,178	0,240	-0,362	-0,391	0,696
pOcGrau3	1,253	2,559	0,011	3,162	5,273	0,000
pOcVarios	0,885	1,325	0,186	2,060	2,519	0,012
pOcMulher	-0,586	-1,275	0,203	-1,476	-2,621	0,009
pOcPublico	1,536	2,953	0,003	1,660	2,607	0,009
pOcIndus	1,501	1,116	0,265	-1,105	-0,671	0,503
pOcConst	2,058	1,497	0,135	-1,086	-0,645	0,519
pOcServ1	0,454	0,353	0,724	-0,629	-0,400	0,690
pOcServ2	1,604	1,289	0,198	-0,843	-0,553	0,580
pOcServ3	1,410	1,087	0,278	-1,502	-0,945	0,345
2002	0,026	0,999	0,319	0,082	2,542	0,011
2003	-0,092	-4,180	0,000	-0,037	-1,365	0,173
2004	-0,102	-5,089	0,000	-0,053	-2,169	0,031
2005	-0,074	-4,774	0,000	-0,037	-1,973	0,049
2006	-0,044	-4,293	0,000	-0,005	-0,426	0,670
Recife	-0,435	-7,812	0,000	-0,440	-6,441	0,000
Salvador	-0,240	-4,073	0,000	-0,180	-2,492	0,013
Belo Horizonte	-0,123	-4,100	0,000	-0,112	-3,041	0,003
Rio de Janeiro	-0,063	-1,070	0,285	-0,159	-2,194	0,029
São Paulo	0,171	5,182	0,000	0,083	2,067	0,039

Ocupados Formais

Parâmetro	Media			1º Decil			2º Decil			3º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	4,968	5,214	0,000	1,323	0,981	0,327	2,865	2,255	0,025	4,823	4,463	0,000
lnSalMin	0,186	4,116	0,000	0,225	3,513	0,000	0,235	3,893	0,000	0,141	2,756	0,006
lnpc(t-1)	0,010	2,242	0,026	-0,035	-5,428	0,000	-0,014	-2,283	0,023	-0,015	-2,927	0,004
td	-0,240	-1,383	0,168	-0,173	-0,707	0,480	-0,007	-0,031	0,976	-0,123	-0,625	0,532
pMenor10	1,684	3,003	0,003	0,640	0,807	0,420	0,515	0,688	0,492	0,585	0,920	0,358
pOcGrau3	2,159	5,942	0,000	-1,988	-3,866	0,000	-2,107	-4,347	0,000	-1,075	-2,608	0,009
pOcVarios	2,083	4,203	0,000	3,695	5,266	0,000	2,683	4,059	0,000	0,644	1,146	0,252
pOcMulher	0,257	0,754	0,451	0,491	1,016	0,310	0,543	1,192	0,234	0,943	2,435	0,015
pOcPublico	-0,158	-0,409	0,683	0,847	1,550	0,122	1,391	2,703	0,007	0,305	0,697	0,486
pOcIndus	-0,117	-0,117	0,907	3,354	2,374	0,018	1,685	1,266	0,206	0,087	0,076	0,939
pOcConst	1,049	1,028	0,305	4,322	2,993	0,003	1,794	1,319	0,188	1,140	0,985	0,325
pOcServ1	-0,958	-1,005	0,316	2,054	1,521	0,129	1,820	1,430	0,153	-1,218	-1,126	0,261
pOcServ2	0,518	0,561	0,575	3,257	2,492	0,013	2,123	1,724	0,086	0,288	0,275	0,784
pOcServ3	0,223	0,232	0,817	3,101	2,276	0,023	1,342	1,045	0,297	0,326	0,298	0,766
2002	0,043	2,179	0,030	-0,168	-6,073	0,000	-0,114	-4,387	0,000	-0,064	-2,880	0,004
2003	-0,033	-2,040	0,042	-0,154	-6,669	0,000	-0,137	-6,319	0,000	-0,102	-5,525	0,000
2004	-0,027	-1,836	0,067	-0,149	-7,036	0,000	-0,122	-6,123	0,000	-0,092	-5,439	0,000
2005	-0,038	-3,302	0,001	-0,105	-6,514	0,000	-0,085	-5,572	0,000	-0,077	-5,934	0,000
2006	-0,020	-2,574	0,010	-0,061	-5,619	0,000	-0,046	-4,523	0,000	-0,029	-3,362	0,001
Recife	-0,320	-7,742	0,000	-0,139	-2,375	0,018	-0,347	-6,289	0,000	-0,290	-6,176	0,000
Salvador	-0,123	-2,810	0,005	-0,176	-2,850	0,005	-0,373	-6,401	0,000	-0,309	-6,232	0,000
Belo Horizonte	-0,122	-5,459	0,000	-0,162	-5,115	0,000	-0,208	-6,992	0,000	-0,168	-6,622	0,000
Rio de Janeiro	-0,051	-1,170	0,243	-0,009	-0,140	0,888	0,023	0,396	0,692	0,021	0,415	0,679
São Paulo	0,208	8,500	0,000	0,270	7,819	0,000	0,299	9,164	0,000	0,231	8,330	0,000

Parâmetro	4º Decil			5º Decil			6º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	5,877	5,480	0,000	5,344	5,324	0,000	6,063	5,191	0,000
lnSalMin	0,126	2,473	0,014	0,183	3,847	0,000	0,125	2,251	0,025
mpc(t-1)	-0,002	-0,469	0,639	0,003	0,617	0,538	-0,007	-1,354	0,176
td	-0,502	-2,577	0,010	-0,373	-2,045	0,042	-0,078	-0,369	0,712
pMenor10	-0,102	-0,161	0,872	0,723	1,224	0,222	0,914	1,330	0,184
pOcGrau3	-0,639	-1,563	0,119	-0,570	-1,489	0,137	-0,172	-0,386	0,699
pOcVarios	1,538	2,758	0,006	0,010	0,020	0,984	1,574	2,591	0,010
pOcMulher	-0,013	-0,035	0,972	-0,122	-0,340	0,734	-0,192	-0,459	0,646
pOcPublico	0,976	2,248	0,025	0,292	0,719	0,473	0,271	0,572	0,568
pOcIndus	-0,326	-0,290	0,772	-0,399	-0,379	0,705	-0,669	-0,547	0,585
pOcConst	0,438	0,382	0,703	1,168	1,087	0,278	1,714	1,371	0,171
pOcServi	-2,022	-1,883	0,060	-1,605	-1,597	0,111	-2,987	-2,554	0,011
pOcServ2	-0,264	-0,254	0,799	0,290	0,298	0,766	-0,142	-0,125	0,900
pOcServ3	0,007	0,006	0,995	0,395	0,389	0,697	0,131	0,111	0,912
2002	-0,033	-1,506	0,133	-0,031	-1,503	0,134	-0,040	-1,669	0,096
2003	-0,107	-5,842	0,000	-0,080	-4,676	0,000	-0,084	-4,195	0,000
2004	-0,088	-5,237	0,000	-0,093	-5,922	0,000	-0,087	-4,775	0,000
2005	-0,054	-4,215	0,000	-0,054	-4,519	0,000	-0,055	-3,954	0,000
2006	-0,037	-4,291	0,000	-0,037	-4,546	0,000	-0,045	-4,743	0,000
Recife	-0,307	-6,584	0,000	-0,379	-8,687	0,000	-0,392	-7,724	0,000
Salvador	-0,231	-4,694	0,000	-0,289	-6,289	0,000	-0,259	-4,835	0,000
Belo Horizonte	-0,148	-5,905	0,000	-0,169	-7,179	0,000	-0,163	-5,967	0,000
Rio de Janeiro	-0,010	-0,207	0,836	-0,037	-0,798	0,425	-0,058	-1,079	0,281
São Paulo	0,248	9,031	0,000	0,206	8,013	0,000	0,208	6,951	0,000

Parâmetro	7º Decil			8º Decil			9º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	5,385	4,553	0,000	6,509	5,246	0,000	6,661	3,699	0,000
lnSalMin	0,077	1,374	0,170	0,193	3,270	0,001	0,201	2,346	0,019
mpc(t-1)	0,001	0,221	0,825	0,009	1,486	0,138	0,003	0,318	0,750
td	-0,179	-0,831	0,407	-0,011	-0,049	0,961	-0,128	-0,392	0,695
pMenor10	0,183	0,263	0,793	2,507	3,434	0,001	2,452	2,314	0,021
pOcGrau3	0,203	0,450	0,653	2,662	5,626	0,000	4,272	6,221	0,000
pOcVarios	2,850	4,632	0,000	1,355	2,100	0,036	0,372	0,397	0,691
pOcMulher	0,315	0,744	0,457	-0,028	-0,062	0,950	-0,810	-1,256	0,210
pOcPublico	0,585	1,221	0,223	-0,072	-0,142	0,887	-1,516	-2,078	0,038
pOcIndus	0,261	0,211	0,833	-1,262	-0,971	0,332	-2,265	-1,201	0,231
pOcConst	2,301	1,817	0,070	-1,043	-0,785	0,433	-0,756	-0,392	0,695
pOcServi	-1,325	-1,119	0,264	-2,109	-1,698	0,090	-1,766	-0,980	0,328
pOcServ2	0,948	0,828	0,408	-0,371	-0,308	0,758	0,422	0,242	0,809
pOcServ3	0,849	0,711	0,478	-1,674	-1,335	0,183	-0,242	-0,133	0,894
2002	0,002	0,097	0,923	0,026	1,031	0,303	0,104	2,824	0,005
2003	-0,061	-2,998	0,003	-0,061	-2,896	0,004	0,024	0,786	0,432
2004	-0,055	-2,949	0,003	-0,049	-2,530	0,012	0,000	0,005	0,996
2005	-0,042	-2,943	0,003	-0,067	-4,526	0,000	-0,016	-0,747	0,456
2006	-0,039	-4,050	0,000	-0,031	-3,054	0,002	-0,021	-1,422	0,156
Recife	-0,400	-7,791	0,000	-0,415	-7,705	0,000	-0,604	-7,727	0,000
Salvador	-0,277	-5,112	0,000	-0,139	-2,440	0,015	-0,228	-2,763	0,006
Belo Horizonte	-0,190	-6,838	0,000	-0,154	-5,286	0,000	-0,203	-4,815	0,000
Rio de Janeiro	-0,081	-1,491	0,137	-0,038	-0,667	0,505	-0,263	-3,172	0,002
São Paulo	0,231	7,636	0,000	0,150	4,726	0,000	0,065	1,414	0,158

Ocupados Informais

Parâmetro	Média			1º Decil			2º Decil			3º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	10,600	3,762	0,000	5,647	2,125	0,034	5,895	3,379	0,001	3,194	1,781	0,076
lnSalMin	-0,031	-0,231	0,817	-0,089	-0,708	0,479	0,012	0,140	0,889	0,338	3,969	0,000
lnpc(t-1)	-0,012	-0,922	0,357	-0,022	-1,757	0,080	-0,023	-2,793	0,005	-0,007	-0,821	0,412
td	-1,364	-2,662	0,008	-2,525	-5,226	0,000	-1,469	-4,629	0,000	-1,412	-4,332	0,000
pMenor10	0,584	0,352	0,725	1,247	0,797	0,426	-1,515	-1,476	0,141	-1,276	-1,209	0,227
pOcGrau3	-1,095	-1,019	0,309	-1,454	-1,435	0,152	-0,281	-0,422	0,673	3,222	4,714	0,000
pOcVarios	1,109	0,757	0,450	-2,568	-1,858	0,064	-0,685	-0,754	0,451	-3,005	-3,222	0,001
pOcMulher	0,464	0,460	0,646	0,699	0,734	0,463	0,716	1,146	0,253	-0,007	-0,011	0,992
pOcPublico	2,729	2,391	0,017	1,063	0,988	0,324	0,659	0,933	0,351	-0,888	-1,223	0,222
pOcIndus	-3,108	-1,053	0,293	-0,631	-0,227	0,821	-0,056	-0,031	0,975	0,489	0,260	0,795
pOcConst	-5,231	-1,734	0,084	3,001	1,055	0,292	-0,063	-0,034	0,973	2,077	1,082	0,280
pOcServ1	-5,593	-1,982	0,048	-5,909	-2,221	0,027	-0,723	-0,414	0,679	-3,500	-1,950	0,052
pOcServ2	-4,883	-1,789	0,074	-0,345	-0,134	0,894	-0,712	-0,421	0,674	0,649	0,374	0,709
pOcServ3	-4,444	-1,561	0,119	1,218	0,454	0,650	0,050	0,029	0,977	1,471	0,812	0,417
2002	-0,041	-0,719	0,473	-0,107	-1,974	0,049	-0,057	-1,603	0,110	0,083	2,250	0,025
2003	-0,093	-1,928	0,055	-0,104	-2,301	0,022	-0,106	-3,545	0,000	0,019	0,613	0,540
2004	-0,104	-2,361	0,019	-0,118	-2,829	0,005	-0,109	-4,004	0,000	-0,001	-0,020	0,984
2005	-0,088	-2,608	0,009	-0,045	-1,410	0,159	-0,072	-3,459	0,001	-0,019	-0,878	0,380
2006	-0,047	-2,053	0,041	-0,049	-2,267	0,024	-0,049	-3,491	0,001	-0,029	-2,006	0,046
Recife	-0,227	-1,860	0,064	-0,450	-3,905	0,000	-0,431	-5,696	0,000	-0,275	-3,537	0,000
Salvador	-0,075	-0,584	0,559	-0,366	-3,007	0,003	-0,426	-5,328	0,000	-0,178	-2,173	0,030
Belo Horizonte	-0,024	-0,367	0,714	-0,210	-3,379	0,001	-0,220	-5,385	0,000	0,019	0,449	0,654
Rio de Janeiro	0,186	1,435	0,152	0,059	0,481	0,631	0,043	0,541	0,589	-0,173	-2,096	0,037
São Paulo	0,427	5,911	0,000	0,283	4,150	0,000	0,133	2,982	0,003	-0,073	-1,584	0,114

Parâmetro	4º Decil			5º Decil			6º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	5,095	3,313	0,001	1,393	0,844	0,399	4,621	3,016	0,003
lnSalMin	0,140	1,915	0,056	0,322	4,108	0,000	0,194	2,671	0,008
lnpc(t-1)	-0,017	-2,354	0,019	-0,003	-0,421	0,674	-0,013	-1,814	0,071
td	-0,464	-1,660	0,098	0,211	0,704	0,482	-0,589	-2,115	0,035
pMenor10	-0,687	-0,759	0,448	-0,677	-0,697	0,486	-0,056	-0,063	0,950
pOcGrau3	0,934	1,593	0,112	-2,144	-3,405	0,001	-3,529	-6,039	0,000
pOcVarios	0,315	0,394	0,694	2,202	2,564	0,011	2,107	2,644	0,009
pOcMulher	-0,440	-0,799	0,425	0,095	0,161	0,872	-0,589	-1,073	0,284
pOcPublico	1,516	2,435	0,015	1,076	1,610	0,108	2,312	3,725	0,000
pOcIndus	1,057	0,656	0,512	4,196	2,427	0,016	1,562	0,973	0,331
pOcConst	2,406	1,462	0,145	5,130	2,903	0,004	0,632	0,386	0,700
pOcServ1	-2,584	-1,678	0,094	1,687	1,021	0,308	0,821	0,535	0,593
pOcServ2	-0,237	-0,159	0,874	3,155	1,972	0,049	1,192	0,803	0,423
pOcServ3	-0,136	-0,088	0,930	2,085	1,250	0,212	0,580	0,375	0,708
2002	-0,053	-1,678	0,094	-0,084	-2,476	0,014	-0,109	-3,470	0,001
2003	-0,078	-2,960	0,003	-0,137	-4,847	0,000	-0,134	-5,116	0,000
2004	-0,103	-4,291	0,000	-0,122	-4,741	0,000	-0,159	-6,645	0,000
2005	-0,085	-4,600	0,000	-0,073	-3,692	0,000	-0,101	-5,466	0,000
2006	-0,044	-3,537	0,000	-0,061	-4,583	0,000	-0,057	-4,616	0,000
Recife	-0,117	-1,757	0,080	-0,134	-1,876	0,061	-0,382	-5,736	0,000
Salvador	-0,052	-0,733	0,464	-0,169	-2,239	0,026	-0,353	-5,024	0,000
Belo Horizonte	-0,066	-1,826	0,069	-0,165	-4,276	0,000	-0,167	-4,639	0,000
Rio de Janeiro	0,003	0,041	0,967	0,149	1,962	0,051	0,094	1,329	0,185
São Paulo	0,101	2,561	0,011	0,245	5,785	0,000	0,328	8,330	0,000

Parâmetro	7º Decil			8º Decil			9º Decil		
	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p	Estimativa	t	p
Intercepto	6,374	4,513	0,000	3,989	2,594	0,010	8,713	4,168	0,000
lnSalMin	0,111	1,655	0,099	0,115	1,572	0,117	0,012	0,125	0,901
mpc(t-1)	-0,001	-0,099	0,921	0,001	0,193	0,847	0,013	1,271	0,204
td	-0,760	-2,957	0,003	-1,147	-4,102	0,000	-1,041	-2,738	0,006
pMenor10	1,608	1,935	0,054	0,575	0,635	0,526	-0,301	-0,244	0,807
pOcGrau3	-0,776	-1,441	0,150	1,042	1,777	0,076	1,171	1,469	0,143
pOcVarios	1,589	2,163	0,031	3,196	3,995	0,000	5,262	4,839	0,000
pOcMulher	-0,700	-1,383	0,168	0,735	1,333	0,183	-0,541	-0,723	0,470
pOcPublico	1,620	2,832	0,005	1,384	2,222	0,027	0,477	0,564	0,573
pOcIndus	-0,285	-0,192	0,847	1,836	1,140	0,255	-1,065	-0,486	0,627
pOcConst	-1,025	-0,678	0,498	2,115	1,285	0,200	-2,118	-0,946	0,345
pOcServ1	-1,619	-1,145	0,253	-0,248	-0,161	0,872	-2,428	-1,160	0,247
pOcServ2	-0,082	-0,060	0,952	1,566	1,051	0,294	-1,678	-0,828	0,408
pOcServ3	-0,838	-0,587	0,557	0,915	0,589	0,557	-2,000	-0,947	0,344
2002	-0,059	-2,054	0,041	0,034	1,070	0,285	0,048	1,120	0,263
2003	-0,125	-5,162	0,000	-0,060	-2,277	0,023	-0,067	-1,864	0,063
2004	-0,128	-5,807	0,000	-0,062	-2,563	0,011	-0,079	-2,424	0,016
2005	-0,110	-6,474	0,000	-0,053	-2,887	0,004	-0,064	-2,556	0,011
2006	-0,049	-4,288	0,000	-0,024	-1,953	0,052	-0,016	-0,978	0,329
Recife	-0,453	-7,380	0,000	-0,393	-5,881	0,000	-0,408	-4,493	0,000
Salvador	-0,392	-6,060	0,000	-0,341	-4,836	0,000	-0,267	-2,788	0,006
Belo Horizonte	-0,159	-4,801	0,000	-0,144	-3,998	0,000	-0,121	-2,470	0,014
Rio de Janeiro	0,009	0,146	0,884	-0,027	-0,380	0,704	-0,047	-0,488	0,626
São Paulo	0,230	6,343	0,000	0,198	5,011	0,000	0,235	4,391	0,000